



O direito à poética

Por Pedro Cesarino

A terra não é apenas a circunscrição geométrica do espaço e seu controle pelo Estado. O corpo não coincide apenas com a categoria que lhe atribuem, também, para que seja controlado, submetido a políticas que frequentemente ignoram o que terra e corpo poderiam ser em outros modos de existência, tais como os dos povos indígenas. O que fazer, entretanto, quando tais modos se encontram acessíveis apenas como memória de um passado violento? Quando a atualização desse passado assume a forma de uma luta forjada pela raiva? Se muitas sociedades indígenas seguem presentes em suas comunidades nas quais ainda são transmitidos conhecimentos, poéticas e rituais nas línguas ancestrais, não são poucas as pessoas indígenas que partem de uma situação bastante diversa. Tais pessoas são marcadas por uma violência colonial mais antiga e devastadora, por trajetórias individuais e familiares relegadas aos limbos das cidades, das instituições dos brancos, da sobrevivência e da precariedade do trabalho, da miséria e do apagamento. São elas, entretanto, que têm também recusado a subalternidade à qual os donos do poder tentam relegá-las, e que assumem para si a tarefa árdua de apontar para uma outra possibilidade de partilha. A arte tem sido praticada como uma estratégia para essa luta, que passa pela urgente necessidade de produção de um imaginário capaz de recuperar a evidência da presença indígena acossada pelo saque da terra, dos corpos e dos espíritos.



O teatro e o pensamento de artistas como João Nÿn e Lian Gaia, as práticas pedagógicas e o ativismo de Raquel Kubeo e de Helena Corezomaé, entre outrxs, indicam de maneira muito contundente uma nova forma de aliança com os povos que permanecem na floresta, envoltos por outras redes e formas de virtualidade que ainda os protegem da voracidade do capital e suas subjetividades catatônicas. Como formula com precisão João Nÿn, o que está em jogo é uma batalha pelo virtual, isto é, pelo reconhecimento de que essa dimensão do real sempre existiu entre povos indígenas via ação xamânica e elaboração da palavra-alma. A retomada não dá ré, diz novamente João. A construção de uma nova poética dos corpos, da palavra, dos espaços e da memória implica na produção de uma fissura no contemporâneo, de uma renegociação do sensível e do pensável para além do que até aqui tem sido imposto como universal, elevado, distinto. O que é novo, a rigor, é o dissenso político, é a discordância com a hegemonia do estrangeiro e com a assimetria entre classes, narrativas e lugares de enunciação. Afinal, o que se quer é apontar para o que sempre existiu, para as multiplicidades que sempre vigoraram no solo em que pisamos.

É nesse sentido que o teatro e outras formas de expressão estética se tornam estratégicos em sua reinvenção por sujeitos indígenas comprometidos com a repactuação dos vínculos e com uma tentativa de inventar uma política da identidade que seja ao mesmo tempo crítica e generosa. Não se trata de oferecer novas obras para o juízo de gosto dos salões, para seu menosprezo ou seleção, para sua tolerância de conveniência, mas sim de reivindicar direitos, de reconhecer o que a violência atropelou. Nisto não está previsto apenas o direito à terra, mas também à expressão poética e ao sentido que, aos poucos,



começa a se libertar dos estereótipos e da mediação outrora realizada pelas pessoas não indígenas. O momento atual de revisão do legado modernista é, também, o da expansão de imaginações criativas que fazem da autonomia indígena o apontamento para outro pacto coletivo.

